

	<b>CARATERIZAÇÃO DE ENTIDADE</b>	<b>8.1</b>
--	----------------------------------	------------

<b>1</b>	<b>IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE: MUNICÍPIO DE ÍLHAVO</b>	<b>8.1.1</b>
----------	---	--------------

1.1	MORADA	Avenida 25 de Abril, 39 – Apartado 69
	CÓDIGO POSTAL	3830 – 044 Ílhavo
	TELEFONE	234 329 600
	FAX	234 329 601
	ENDEREÇO WEB	<a href="http://www.cm-ilhavo.pt">www.cm-ilhavo.pt</a>
	E-MAIL	geral@cm-ilhavo.pt
	NIF	506 920 887
1.2	NÚMERO DE ELEITORES	
MUNICÍPIO		Até 10.000..... <input type="checkbox"/>
		Mais de 10.000 e menos de 30.000..... <input type="checkbox"/>
		Mais de 30.000..... <input checked="" type="checkbox"/>

<b>2</b>	<b>LEGISLAÇÃO</b>	<b>8.1.2</b>
----------	-------------------	--------------

➤ **Regime financeiro:**  
Lei das Finanças Locais: Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro – Aprova a Lei das Finanças Locais, revogando a Lei n.º 42/98, de 6 de agosto;  
Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro (POCAL) e respetivas alterações;  
Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro.

➤ **Regime Jurídico:**  
Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2003 de 11 de janeiro, alterada pela Lei n.º 67/2007 de 31 de dezembro, alterada pela Lei orgânica n.º 1/2011 de 30 de novembro e alterada pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

<b>3</b>	<b>ESTRUTURA ORGANIZACIONAL</b>	<b>8.1.3</b>
----------	---------------------------------	--------------

3.1	A Câmara não tem serviços municipalizados autónomos desde 01/01/2000, por força da sua integração na estrutura da Câmara Municipal, naquela data.	
3.2	Igualmente a Câmara Municipal não tem empresas municipais (E.M.).	
3.3	Ver folha anexa com organigrama da Câmara Municipal de Ílhavo.	

<b>4</b>	<b>DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES</b>	<b>8.1.4</b>
----------	---	--------------

A Câmara Municipal de Ílhavo é uma pessoa coletiva territorial dotada de órgãos representativos, que visa a prossecução de interesses próprios das populações e desenvolve as suas atividades de acordo com a Lei e a Constituição da República Portuguesa.

<b>5</b>	<b>MEMBROS DO ÓRGÃO AUTARQUICO – CÂMARA MUNICIPAL</b>	<b>8.1.5</b>
Presidente	José Agostinho Ribau Esteves (até ao dia 22/10/2013)	
Presidente	Fernando Fidalgo Caçoilo (a partir do dia 22/10/2013)	
Vice-Presidente	Fernando Fidalgo Caçoilo (até ao dia 22/10/2013)	
Vice-Presidente	Marcos Labrincha Ré (a partir do dia 22/10/2013)	
Vereadores:	Beatriz Fátima Clemente Martins	
	Paulo Sérgio Teixeira Costa	
	José Marinho Vaz	
	António Pedro Oliveira Martins (a partir do dia 22/10/2013)	
	Ana Margarida Santos Bastos	

<b>6</b>	<b>ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA</b>	<b>8.1.6</b>
<p>A Câmara Municipal de Ílhavo aplicou o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), a partir de 01 de maio de 2002, tendo procedido à recuperação contabilística dos dados do anterior regime contabilístico (D.L. N.º 341/83, 21/07). Adquiriu-se à empresa Medidata – Engenharia e Sistemas, S.A., todo o software informático (Contabilidade, Armazéns, Obras, Taxas, Pessoal, etc.).</p> <p>A Prestação de Contas de 2013 integra já não só as amortizações do exercício de 2013 como as amortizações acumuladas.</p>		

<b>7</b>	<b>OUTRA INFORMAÇÃO</b>	<b>8.1.7</b>
<p>Informação complementar solicitada pelo Tribunal de Contas na sua Resolução n.º 4/2011 de 12 de julho, publicada no DR, II Série em 18/08/2001:</p>		
7.1	<p>Montante dos Fundos Municipais atribuídos ao Município (OE) no ano a que reporta a gerência em apreciação – 2013:</p> <p>FEF, FSM e PFIRS..... 5.403.101€</p>	
7.2	<p>Montante dos pagamentos relativos a investimentos realizados pelo Município no ano anterior ao da gerência em apreciação – 2012:</p> <p>Investimento pago em 2012.....7.391.561€</p>	
7.3	<p>Ações Inspetivas:</p> <p>O Município de Ílhavo foi sujeito a uma inspeção ao Controlo do endividamento e da situação financeira da administração local autárquica (IGF), em 2011, a uma ação inspetiva de âmbito geral (IGAL), em 2010 e a uma inspeção setorial às despesas com o pessoal (IGF), em 2008.</p>	
7.4	<p>Não houve no exercício de 2013 encargos financeiros que onerassem o orçamento no que respeita a amortizações ou encargos financeiros de empréstimos contraídos pelas Associações de Municípios em que a Câmara participe.</p>	